

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL COMO FERRAMENTA SOCIOAMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS TURÍSTICAS

Laura Almeida de Calasans Alves¹

Cristiane Alcântara de Jesus Santos²

RESUMO

O presente artigo apresenta uma discussão acerca da prática do turismo em áreas ambientais e tem como objetivo pensar às práticas turísticas a partir da tríade natureza - lazer - educação, levando-se em consideração que a visitação às áreas naturais pode ser uma ferramenta de suma importância para formação da consciência socioambiental. Abordaremos a Educação Am-

1 Doutoranda em Arqueologia – Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: lauracalasans@gmail.com

2 Doutoranda em Geografia – Universitat de Barcelona. Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: cristie09@uol.com.br

biental não formal, entendida aqui como uma prática que envolve ações voltadas à sensibilização e conscientização da comunidade e dos visitantes, fazendo com que a prática turística seja pensada e planejada de forma responsável. A fim de atingir os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa bibliográfica enfocando os principais autores que trabalham com turismo e Educação Ambiental.

Palavras-chave: Turismo. Educação Ambiental. Conscientização.

INTRODUÇÃO

A partir da aceleração dos processos sociais e econômicos globais, que passamos a chamar de globalização, com a intensificação da industrialização e urbanização ocorrida ao longo do século XX, um novo cenário turístico foi formado caracterizado pela produção flexível do tempo livre. Desde então, o significado do turismo passou a adquirir uma nova dimensão, uma vez que surge uma nova valorização social de espaços singulares, como por exemplo, os espaços naturais, cuja às peculiaridades induz o fator "atratividade" associado a sensibilidade ambiental e conservacionista que caracteriza a sociedade moderna.

Este novo contexto inerente à atividade turística também está associado à necessidade de programar modelos pautados nos princípios da sustentabilidade que apontem para a compatibilidade do desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais e culturais visando a equidade e a justiça social. De acordo com Santos (2004, p. 25), "essa nova concepção calcada no desenvolvimento sustentável propõe pressupostos que divergem do atual modelo de desenvolvimento econômico para o turismo, chamado de 'indústria do turismo', sobretudo, no que diz respeito à demanda social".

No entanto, no início da década de 90 foram produzidas algumas formulações a fim de concretizar os princípios básicos da sustentabilidade em relação ao turismo. Com base na discussão de sustentabilidade, Prats (1996) define quatro fatores essenciais para o desenvolvimento da atividade turística com a perspectiva da sustentabilidade:

1. A compatibilidade do turismo com a capacidade de carga do sistema natural, econômico e social, ou seja, a adaptação do processo de desenvolvimento das necessidades do mercado, prevenindo os riscos e preservando os recursos naturais, além de favorecer a evolução da estrutura econômica local;
2. A integração do turismo com o desenvolvimento econômico local a partir da renovação de setores tradicionais da economia e estimulando a criação de novos setores;
3. A inserção do turismo no sistema de planificação estratégica centrada no desenvolvimento local; e,
4. A gestão integrada e participativa do desenvolvimento turístico local calcado na ampla e rigorosa participação dos agentes sociais e da própria população local.

Assim sendo, destacamos a importância da qualidade ambiental, tanto natural como humana, para o turismo. No entanto, vale ressaltar que em determinadas situações a relação do turismo com o ambiente é complexa, pois envolve muitas atividades que têm efeitos ambientais adversos e, em muitos casos, isso se deve à inexistência de planejamento ou alguns equívocos ocorridos durante o processo de planejamento do turismo gerando efeitos determinantes no ambiente dos destinos.

De acordo com Santos (2010, p. 67),

Em muitos destinos, a exploração descontrolada do turismo exerce pressão sobre o ambiente natural, podendo gradualmente destruir os recursos naturais de que dependem. Muitos destes impactos estão diretamente ligados à construção de infra-estruturas, como por exemplo, rodovias, aeroportos e instalações turísticas. Por outro lado, o turismo tem o potencial de criar efeitos benéficos no ambiente, contribuindo para a sua proteção e conservação.

Partindo desse pressuposto, este artigo apresenta uma discussão acerca da prática do turismo em áreas naturais, levando-se em consideração que a visitação a estas áreas pode se caracte-

rizar como uma ferramenta de suma importância para formação da consciência ambiental e social, ou seja, pode auxiliar no processo de sensibilização e conscientização da preservação da natureza, desde que essa atividade seja pensada e planejada de forma responsável.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O TURISMO

A Educação Ambiental dever ser desenvolvida por todos e em todos os lugares, seja na escola, em praças, no bairro, na cidade, na família ou na comunidade. No entanto, o enfoque que será abordado nesse artigo priorizará as práticas de Educação Ambiental não formal. De acordo com Berna (2004), existem três formas de se pensar e fazer a Educação Ambiental: formal, informal e não formal. Tais formas apresentam concepções, objetivos e procedimentos metodológicos distintos. Porém, dependendo da ação em que serão inseridas poderão ser complementares. Conforme o autor, a Educação Ambiental de caráter formal é desenvolvida nos ambientes institucionais de ensino, a partir de conteúdos, procedimentos metodológicos e formas de avaliação previamente definidos enquanto que a Educação Ambiental de caráter não formal pode ocorrer nos diversos espaços da vida social estabelecendo níveis distintos de diálogo entre seus atores, com a utilização de conteúdos e estratégias metodológicas também diversas. Esta se configura como um tipo de prática bastante utilizada por organizações da sociedade civil, dentre elas as Organizações não Governamentais (ONGs). Já a Educação Ambiental informal, parte do pressuposto de que suas ações não precisam ser delineadas a priori e os procedimentos metodológicos consistem na utilização de instrumentos diversificados e sem maior rigor conceitual.

De acordo com Santos (2010), alguns teóricos cometem o equívoco ao pensar que a Educação Ambiental não formal e informal partem dos mesmos princípios metodológicos. Porém, é importante frisar que a Educação Ambiental informal geralmente parte de ações pontuais e descontínuas, o que reflete na obtenção de resultados menos eficazes.

Branco (2003, p.3), ressalta que Educação Ambiental "deve preocupar-se, inicialmente, com a ação do homem e suas causas, re-

flexo de seu conhecimento de mundo; portanto, trata de mudança de valores, de costumes". Desta forma, partimos do princípio que com um programa de Educação Ambiental não formal bem definido pode ser possível educar o indivíduo para desenvolver práticas ambientais responsáveis. Assim sendo, a Educação Ambiental desenvolvida através da atividade turística pode ser realizada através de práticas e ações educativas que envolvam a sensibilização da coletividade; ou seja, que através da participação das instituições de ensino e organizações não governamentais seja possível conscientizar as populações tradicionais e os visitantes da necessidade de preservação ambiental.

As novas perspectivas do turismo mundial apontam uma demanda mais criteriosa na hora de escolher um destino. Isso só reforça que as comunidades receptoras devem estar preparadas para estabelecer ações locais que visem atender esse público cada vez mais global. Zaoual (2009) ratifica essa perspectiva demonstrando que a demanda turística está cada vez mais exigente, variada e variável. Para o autor, ela tende a focar cada vez mais na qualidade, exprimindo a necessidade da cultura local e do meio ambiente. Assim sendo, exigem-se ações locais mais eficazes que permitam esse agir global.

Este fato faz com que haja um aumento na procura por destinos que vem a associar a autenticidade e profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e harmonia com a natureza e memória (imagem) dos lugares visitados em outro lugar e que requer um bom planejamento para que seja possível o desenvolvimento local dessas comunidades receptoras. O significado do turismo passou a adquirir uma nova dimensão, uma vez que surge uma nova valorização social de espaços singulares, como por exemplo, os espaços naturais, cuja às peculiaridades induz o fator "atratividade" associado à sensibilidade ambiental e conservacionista que caracteriza a sociedade moderna.

Assim sendo, o meio ambiente é considerado uma segunda natureza que resulta do agir humano, através do processo do trabalho sob determinadas relações sociais, localizadas no espaço-tempo, ao procurar satisfazer suas necessidades do estômago

e fantasia. Sendo assim, o meio ambiente é um espaço-tempo socialmente constituído, é um meio ambiente-histórico, enfim, é a materialização do modo como os homens sócio-historicamente se apropriam do que convencionamos chamar "natureza" (GONÇALVES, 1990 apud BRUGGER,1994).

Desta forma, o que se viu adiante dessa relação homem versus natureza foi uma preocupação quase generalizada sobre como proteger o ser humano dele próprio através de movimentos ambientalistas que embora a discussão estivesse voltada para conservação e preservação dos recursos, a premissa que se chegava era essa. Assim, gerou uma discussão de como preservar o presente sem comprometer o futuro, consolidando o termo "desenvolvimento sustentável" e com base nas inúmeras discussões de tentar entender os prejuízos causados pelo desenvolvimento econômico, a Educação Ambiental nasce como proposta efetiva de mudança de comportamento perante este modelo capitalista, embora esteja clara a necessidade de mudança de paradigma e a viabilidade de uma parceria homem-natureza, ainda hoje a linha desenvolvimentista predomina. Construir estratégias de um futuro comum implica em mudanças profundas no comportamento ético de cada cidadão, para que possa compreender que a nova forma de procedimento em relação ao seu habitar trará melhoria na qualidade de vida e viabilizará o ambiente para a salvaguarda das gerações futuras.

A Educação Ambiental foi destacada em 1972, na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, como uma solução aos entraves apresentados, porém só legitimou-se em 1975, em Belgrado, onde o documento intitulado "Carta de Belgrado", seria o primeiro a tratar da reforma dos processos e sistemas educacionais, cuidando em envolver especialmente a juventude em ações voltadas à Educação Ambiental, além de recomendar discussão sobre uma ética ambiental global. Na Conferência de Tblisi, em 1977, essa ideia foi ratificada nas propostas da Carta de Belgrado, contudo elevando a importância da defesa e da melhoria do ambiente para presente e futuras gerações.

No Brasil, a cidade do Rio de Janeiro foi sede da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (UNCED) no ano de 1992.

Daí surgiu a Declaração do Rio³ sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, assinada pela maioria dos governos do mundo. Este documento discute o desenvolvimento sustentável no sentido de "estabelecer uma nova e equitativa parceria global, mediante a criação de novos níveis de cooperação entre estados, setores sociais estratégicos e populações, (...) reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra" (Conferência, 1992, p. 3). Em seu princípio, a declaração acentua que os seres humanos devem ser o centro de preocupação do desenvolvimento sustentável, como forma de criar uma situação de esperança de "bem-estar social", enquanto grande parte da população deste planeta vive em condições que estão longe de ser descrita por essa expressão.

Nesta conferência foi elaborada a Agenda 21, documento composto por 40 capítulos que tratou de abarcar a Educação Ambiental integralmente ao dedicar um capítulo inteiro ao tema mostrando a importância do fomento a educação, a capacitação e a conscientização, a fim de estabelecer a integração de políticas públicas, parceria de instituições privadas e de toda uma sociedade para que, assim, todos os seus indivíduos, principalmente as crianças, sejam levados à conscientização e passem a inserir em seus hábitos de vida, ações de preservação ao meio ambiente e transmitam tais atos para as gerações vindouras, para que as mesmas cresçam com essa responsabilidade e possam usufruir dos recursos que hoje utilizamos.

Para Sauv  (2005)   necessário compreender todos os pontos a serem trabalhados na Educa o Ambiental e todo o universo que permeia este conceito; Meio ambiente: natureza (para contemplar, respeitar e preservar), Meio ambiente: recurso (para gerir e repartir), Meio ambiente problema (para resolver e prevenir,

3 Em junho de 1992 realizou-se, no Rio de Janeiro, a Conferência das Na es Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Eco-92, como ficou conhecida -, da qual participaram aproximadamente 35.000 pessoas, com a presença de 106 chefes de governo, quando discutiram as possibilidades do desenvolvimento futuro para a humanidade.

Meio ambiente sistema (para entender e poder decidir melhor), Meio ambiente: lugar em que se vive (para conhecer, explorar e aprimorar, Meio ambiente: projeto comunitário: (em que e como se empenhar ativamente). Este último é o que mais faz referência ao fortalecimento do termo capital social, onde a cooperação e a parceria precisam ocorrer para que sejam realizadas as mudanças coletivamente desejadas.

Desta forma, Dias (2003, p. 163) afirma que a Educação Ambiental deve ser entendida como,

Um instrumento poderoso de que a sociedade dispõe no momento para recriar valores perdidos ou nunca alcançados antes, capazes de induzir crianças e jovens a perceberem a natureza como um bem comum a ser partilhado com base num sentimento de solidariedade e responsabilidade no trato com os recursos naturais e com todas as formas de vida.

Ainda segundo este mesmo autor, a Educação Ambiental pretende desenvolver conhecimento, compreensão, habilidades e motivação, para adquirir valores e atitudes, indispensáveis para resolver os problemas ambientais com soluções sustentáveis. No entanto, é importante ressaltar que a Educação Ambiental exige duas dimensões para análise: a dimensão epistemológica e a dimensão pedagógica. Isso porque ela exige reflexões acerca da problemática ambiental, ademais de exigir reflexões acerca da educação.

A educação não formal é definida por Gohn (2008) como um processo educacional correspondente a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários; a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados. Já a educação formal necessita de uma instituição física para acontecer, além da presença de um profes-

sor que é quem desenvolve o papel de educador priorizando o cumprimento de um currículo pressuposto pela entidade num determinado espaço de tempo para ao final dispor ao educando de uma certificação. Na educação não formal não há a necessidade de uma instituição, uma vez que podem ser múltiplos os espaços educacionais. Também não existe a preocupação de cumprimento de um currículo nem tempo específico para o desenvolvimento da aprendizagem.

No entanto, o que merece ser destacado é que todos os agentes de desenvolvimento turístico (associações profissionais, empresas, trabalhadores do setor, organizações não governamentais, as comunidades receptoras, os turistas e outros organismos do setor turístico) devem trabalhar no sentido de proteger o meio ambiente, os recursos naturais e culturais na perspectiva de um crescimento econômico constante e sustentável que seja capaz de satisfazer as aspirações presentes e futuras.

Assim, Maldonado (2009) faz uma análise da interação que deve haver entre o turismo e população local, como saída estratégica no desenvolvimento da localidade, propondo uma autogestão do turismo, na qual a comunidade deve assumir um importante papel de planejamento, operação, fiscalização e desenvolvimento.

VISITAÇÃO PÚBLICA EM ÁREAS NATURAIS

A visitação em áreas naturais pode ser considerada como uma alternativa de utilização sustentável dos recursos naturais e culturais. No caso do estado de Sergipe, as visitas a estes tipos de áreas ainda estão sendo trabalhadas de forma desordenada devido a diversos fatores como: entradas alternativas, falta de controle do fluxo de visitantes, ou seja, sem um estudo prévio da capacidade de carga e, em alguns casos, ausência de profissionais que possam acompanhar essas visitas. Desta forma, torna-se de fundamental importância diagnosticar os diversos problemas existentes com a visitação a estas áreas e estabelecer normas e diretrizes que viabilizem a sua utilização de maneira sustentável.

Tais problemas fazem com que aumente a preocupação com a manutenção dos recursos naturais, assim como, nos faz refletir sobre a importância da utilização das áreas naturais de forma correta e responsável.

A Constituição brasileira estabelece que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para a presente e futuras gerações". (CF - 1988, Cap. VI - do meio ambiente, Art. 225). No entanto, para que possamos seguir o que estabelece a constituição será necessário elaborar ações que permitam uma parceria integrada e harmônica do homem com a natureza, a fim de que às visitas aconteçam de forma responsável, sem que prejudique os recursos naturais existentes. Dentre estas ações podemos citar: sinalização adequada, equipamentos e serviços turísticos, infraestrutura básica e de apoio ao turista, elaboração de plano de manejo, além de um monitoramento e acompanhamento das visitas.

Os espaços naturais podem ser utilizados para a prática de diversas atividades como: pesquisas científicas, recreação, conservação de espécies da flora e fauna, manutenção da biodiversidade, etc., ou seja, a sua visita pública de uma forma geral pode permitir que a sociedade possa usufruir de suas qualidades e potencialidades sem degradá-la. Porém, é certo que a presença humana provoca impactos em ambientes frágeis como os dos Parques, fazendo com que seja fundamental estabelecer critérios que minimizem esses impactos.

De acordo com Morey (1991), os ecossistemas têm uma determinada capacidade de acolhimento para assimilar certo número de turistas, mas quando se supera o limite dessa capacidade, podem produzir-se modificações importantes no meio que conduzirão, sem dúvida, a uma perda de bem-estar. É importante que devido à forte pressão do turismo de massas, os gestores passem a refletir acerca da tomada de consciência do crescimento acelerado do turismo e dos impactos negativos gerados, a fim de que um destino maduro de massas possa se converter em um exemplo de destino turístico sustentável.

Desta forma, podemos afirmar que os espaços naturais brasileiros necessitam de ações que visem minimizar os impactos provocados por interferência do homem no ambiente. É certo que algumas áreas ou parques apresentam uma estrutura de funcionamento, porém a maioria não há planos de manejo ou um planejamento adequado.

A utilização da Educação Ambiental como ferramenta estratégica na conservação da prática do turismo em áreas naturais assegura melhores condições territoriais para a comunidade. Para que isso ocorra é inevitável o enriquecimento informativo e fortalecimento dos atores sociais envolvidos, juntamente com a capacidade de iniciativa e empreendedora que possam captar recursos financeiros para execução das atividades.

Com isso, partimos do princípio que com um programa de Educação Ambiental não formal bem definido pode ser possível educar o indivíduo para desenvolver práticas ambientais responsáveis. Assim sendo, a Educação Ambiental não formal desenvolvida através da atividade turística pode ser realizada através de práticas e ações educativas que envolvam a sensibilização da coletividade; ou seja, que através da participação das instituições de ensino e organizações não governamentais seja possível conscientizar as populações tradicionais e os visitantes da necessidade de preservação ambiental.

As ações da Educação Ambiental não-formal devem ser diversificadas e voltadas à sensibilização e conscientização da comunidade e visitantes. Tais ações podem ser desenvolvidas através de palestras, seminários, cursos, encontros, visitas, elaboração e divulgação de diagnósticos socioambientais, orientações para separação de resíduos, mutirões de limpeza, entre outras.

Dentre estas práticas educativas podemos citar:

- a)** conscientização e mudança de comportamento dos visitantes acerca do uso adequado das trilhas existentes nas áreas naturais;
- b)** estabelecimento de uma política que vise a coleta de lixo, como por exemplo, a entrega de sacos plásticos;
- c)** Ações instrutivas para a destinação de dejetos humanos;
- d)** identificação de áreas propícias para a prática de atividades de recreação, a fim de que sejam utilizadas áreas com pouca vegetação ou com vegetação resistentes evitando assim o desmatamento;
- e)** utilização de sinalização (painéis indicativos, informativos e ilustrativos);
- f)** recomendações acerca da capacidade de carga;
- g)** Formação de profissionais que possam acompanhar e supervisionar essas visitas, entre outras.

Estas ações citadas acima devem ser desenvolvidas a partir de práticas adequadas e, sobretudo, sob a orientação de educadores que tenham a formação para a aplicação de procedimentos metodológicos compatíveis com o exercício da Educação Ambiental não formal. Torna-se de suma importância ressaltar que conforme afirmam Sauv e; Orellana (2003, p.275) "a percep o sobre a Educa o Ambiental carrega valores subjetivos muito fortes, pois se inscreve em processos históricos e contextos diferenciados que se somam (...) ancora-se em uma visão crítica, política e reflexiva que pondere sobre a força educacional e que possa potencializar o (des)envolvimento humano intrinsecamente relacionado com a dimensão ambiental".

Portanto, um programa de educa o do visitante (seja turista ou membro da comunidade local) deve ser voltado para minimiza o dos impactos negativos que poderão advir com o uso turístico de áreas naturais, a fim de que haja uma mudança na concep o da prática turística e, sobretudo, no posicionamento do turista perante os bens turísticos.

CONSIDERA OES FINAIS

Os pontos que foram apresentados fazem com que aumente a nossa preocupa o com a manuten o dos recursos naturais, além de nos fazer refletir sobre a importância de utilizar uma Unidade de Conserva o de forma correta e responsável. A atividade turística pode ajudar no processo de sensibiliza o e conscientiza o da preserva o da natureza, promovendo assim a sustentabilidade do meio ambiente de uma forma geral.

Salientamos neste artigo a Educa o Ambiental não formal como uma estratégia de sensibiliza o e conscientiza o dos visitantes acerca das questões ambientais, de modo que estes sujeitos sociais possam (re) pensar conceitos, valores, práticas e/ou condutas, relacionadas ao meio ambiente e todas as vertentes que permeiam a discussão (natural, cultural, social, histórica e política). Ademais, ressaltamos que a Educa o Ambiental deve con-

tribuir para desvendar o desafio de saber o que proteger, como e o que utilizar associada a parceria com instituições científicas, realização de campanhas educativas, para que se possa almejar uma gestão em parceria com a comunidade local. Isto ratificará a ferramenta do capital social em unidades de conservação através da Educação Ambiental.

Desta forma, a Educação Ambiental poderá se tornar uma grande aliada no processo de formação da consciência humana acerca da preservação do patrimônio natural não somente como um bem natural, mas, sobretudo, como um patrimônio da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNA, Vilmar. **Como fazer educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2004.
- BRANCO, Sandra. **Educação Ambiental** – Metodologia e Prática de Ensino. Rio de Janeiro: Editora Dunya, 2003.
- BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988 / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Lívia Céspedes. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. (Coleção Saraiva de Legislação)
- BRUGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental**. Coleção teses. Letras contemporâneas. Ilha de Santa Catarina: 1994.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e o educador social. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, n. 19, p. 121-140, 2. sem. 2008.
- MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLLO, Roberto. SANSOLO, D.G., BURSZTYN, Ivan (orgs). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora letra e Imagem, 2009.
- MOREY, M. **L'impact del turisme sobre el medi ambient**. Turisme i medi ambienta les Illes Balears El Tal, Mallorca, 1991.
- PRATS, F. **Calvià: Agenda Local 21**. Ajuntament de Calvià: Calvià, 1996.
- SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. Turismo sob a ótica da sustentabilidade. **Boletim Técnico do SENAC**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, janeiro/abril, 2004. P. 20-37.
- SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. **Fundamentos Geográficos do Turismo**. São Cristóvão: CESAD/UFS, 2010.
- SAUVÉ, L. **Educação Ambiental: possibilidades e limitações**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a12v31n2.pdf Acesso em: 22/02/2012.
- SAUVÈ, Lucie; ORELLANA, Isabel. La formación continuada de profesores en educación ambiental: La propuesta de EDAMAZ. (Educação ambiental em Amazônia). In: SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michèle. **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: 2003. P. 273 – 287.
- ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLLO, Roberto. SANSOLO, D.G., BURSZTYN, Ivan (orgs). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora letra e Imagem, 2009.